

Sociedade Pernambucana de
Combate ao Câncer Hospital da
Mulher do Recife - HMR

**Demonstrações financeiras “carve-out” em 31 de
dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido “carve-out”	10
Demonstrações dos fluxos de caixa “carve-out” - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”

Aos Associados e Diretores da

Hospital da Mulher do Recife - HMR, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer

Recife - PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” da Hospital da Mulher do Recife (“Entidade” ou “HMR”), filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, que compreendem o balanço patrimonial “carve-out” em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto (1) e pelos efeitos do assunto (2) descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira “carve-out” da Entidade, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações “carve-out” e os fluxos de caixa “carve-out” para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

- 1) Conforme nota explicativa nº 8, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 apresenta na rubrica de “Contas a receber de clientes” o montante total de R\$ 8.778 mil (R\$ 4.787 mil em 2022). Quando do reconhecimento inicial desses montantes, a Entidade não realizou uma análise sobre a possibilidade de recebimento da contraprestação a que teria direito pelos serviços transferidos aos seus clientes, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Em adição, subsequentemente ao reconhecimento inicial, a Entidade não realizou análise de potenciais perdas esperadas em relação aos montantes mencionados. Se a Entidade tivesse as referidas análises, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

- 2) Conforme nota explicativa nº 14, a Entidade possui obrigações trabalhistas e sociais no valor de R\$ 14.351 mil (R\$ 14.185 mil em 2022), dos quais R\$ 3.776 mil (R\$ 4.119 mil em 2022) referem-se ao reconhecimento, em exercícios anteriores nas demonstrações financeiras, de provisões para rescisões dos funcionários a serem realizadas no encerramento do contrato de gestão, o que representa um desvio relação às práticas contábeis adotadas no Brasil. De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando uma entidade tiver uma obrigação presente como resultado de evento passado, que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja provável e que o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2023, as obrigações trabalhistas e sociais da Entidade estão apresentadas a maior e o patrimônio líquido apresentado a menor em R\$ 3.776 mil (R\$ 4.119 mil em 31 de dezembro de 2022).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras *“carve-out”*”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Base de preparação das demonstrações financeiras *“carve-out”*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras *“carve-out”*. As demonstrações financeiras *“carve-out”* podem não ser um indicativo da posição e da *performance* financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a Entidade, juntamente com a matriz Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC) tivessem operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras *“carve-out”* foram elaboradas para serem utilizadas no processo de prestação de contas junto à Secretaria Municipal de Saúde do Recife (SESAU), portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Renovação do contrato de gestão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras *“carve-out”*, que descreve que o Hospital da Mulher do Recife - HMR, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, atua como gestora da unidade de saúde por meio do contrato de gestão. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações financeiras *“carve-out”* deve ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras *“carve-out”*

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras *“carve-out”* de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras *“carve-out”* livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras *“carve-out”*, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras *“carve-out”*, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de setembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7


Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer
Hospital da Mulher do Recife - HMR**

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.833	1.276	Fornecedores	12	1.450	4.147
Contas a receber - contrato de gestão	8	5.181	-	Obrigações trabalhistas e sociais	14	10.574	10.066
Estoques	9	1.286	1.446	Obrigações tributárias	13	<u>2.072</u>	<u>1.564</u>
Outros créditos		<u>1.301</u>	<u>1.004</u>				
Total do ativo circulante		15.601	3.726	Total do passivo circulante		14.097	15.777
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações trabalhistas e sociais			
Depósitos judiciais		12	2		14	3.776	4.119
Contas a receber - contrato de gestão	8	<u>3.596</u>	<u>4.787</u>	Provisão para processos judiciais e administrativos	15	<u>599</u>	<u>68</u>
Total do realizável a longo prazo		3.608	4.789	Total do passivo não circulante		4.375	4.187
Imobilizado	11	<u>-</u>	<u>1.431</u>	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		3.608	6.220		16		
Total do ativo		<u>19.209</u>	<u>9.946</u>	Patrimônio social		737	-
				Déficit acumulado		<u>-</u>	<u>(10.018)</u>
				Total do patrimônio líquido		737	(10.018)
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>19.209</u>	<u>9.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Hospital da Mulher do Recife - HMR

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	17	104.428	83.506
Custos operacionais	18	<u>(73.085)</u>	<u>(77.167)</u>
Resultado Bruto		31.343	6.339
Despesas gerais e administrativas		(18.404)	(7.467)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	(102)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		<u>(558)</u>	<u>281</u>
Despesas operacionais	19	(18.962)	(7.288)
Receitas financeiras	20	199	53
Despesas financeiras	20	<u>(230)</u>	<u>(322)</u>
Resultado financeiro, líquido		(31)	(269)
Superávit / Déficit do exercício		<u>12.351</u>	<u>(1.218)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer Hospital da Mulher do Recife - HMR

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
(Déficit) / Superávit do exercício		12.351	(1.217)
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u>12.351</u>	<u>(1.217)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer
Hospital da Mulher do Recife - HMR**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido "carve-out"

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	(Déficit) Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.083	(9.883)	(8.800)
Incorporação do resultado do exercício anterior		(1.083)	1.083	-
Déficit do exercício		-	(1.218)	(1.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		-	(10.018)	(10.018)
Ajuste de exercícios anteriores		-	(1.595)	(1.595)
Superávit do exercício		-	12.351	12.351
Incorporação do resultado do exercício		737	(737)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		737		737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "Carve out".

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC
Hospital da Mulher do Recife - HMR

Demonstrações dos fluxos de caixa "carve-out" - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		12.351	(1.218)
<i>Ajustes:</i>			
(Reversão) provisão para contingências		530	(60)
Resultado na baixa do imobilizado		1.431	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	102
Ajuste de exercício anterior		(1.595)	-
Superávit (déficit) ajustado		12.717	(1.176)
(Aumento)/redução nos ativos em:			
Contas a receber		(3.990)	1.310
Estoques		161	280
Outros créditos e depósitos judiciais		(307)	(621)
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores		(2.697)	644
Obrigações tributárias		508	546
Obrigações trabalhistas e sociais		166	(779)
Caixa gerado das atividades operacionais		6.557	205
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.557	205
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimo de mútuo à partes relacionadas		-	28
Aquisição de bens do ativo imobilizado		-	(26)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos		-	2
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		6.557	207
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	7	1.276	1.069
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	7.833	1.276
Variação do caixa e equivalentes de caixa		6.557	207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (“SPCC” ou “Sociedade”) qualificada como Organização Social, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e administração na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, com endereço na Avenida Cruz Cabugá, nº 1.597, Santo Amaro, CEP 50.040-000, com duração indeterminada, fundada em 09 de novembro de 1948, com natureza de pessoa jurídica de direito privado, que se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente.

A SPCC tem por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde e é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, pelo Decreto nº 67.087, de 20 de agosto de 1970, e de utilidade pública estadual pela Lei nº 1.568, de 04 de dezembro de 1952.

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer ganhou o direito de administrar a Hospital da Mulher do Recife – HMR (“Entidade” ou “HMR”), através de processo licitatório. O HMR situado na Rodovia BR 101 Sul-Bairro do Curado – Recife, Pernambuco, CEP: 50.790.640. A entidade tem por finalidade desenvolver as seguintes atividades:

- Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;
- Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente;
- Laboratórios de anatomia patológica e citológica;
- Laboratórios clínicos;
- Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia;
- Atividade de enfermagem;
- Atividades de profissionais da nutrição; e
- Atividades de fonoaudiologia.

Segundo o Estatuto Social da SPCC, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal são vedados de receberem a qualquer título, direta ou indiretamente, remuneração ou qualquer vantagem em razão das suas funções. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais.

1.1 Contrato de gestão - Hospital da Mulher do Recife – HMR

Em 05 de abril de 2016 foi firmado o contrato de gestão N° 028/2016 entre o Município do Recife, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU, e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 02 (dois) anos, contados da assinatura do instrumento, renovável por sucessivos períodos até o limite máximo de 10 (dez) anos. O 9º Termo Aditivo foi assinado em 23 de março de 2022 e prorrogou por mais de 2 anos a vigência contratual, até 04 de abril de 2024. O valor global anual está estimado em R\$ 161.507 mediante a liberação de 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas no valor de R\$ 6.729 e está sujeita ao acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Secretaria Municipal de Saúde - SESAU. Em 01 de agosto de 2023, houve o reajuste mensal da parcela do contrato de gestão, firmado através do 1º Termo de Apostilamento, o qual, utilizou como base para o acréscimo a variação do IPCA de 11,886730% correspondente ao período de julho de 2021 a junho de 2022, passando a parcela mensal a ser R\$7.529.

As demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, onde as atividades desenvolvidas pela filial Entidade estão atreladas a metas descritas em contratos de gestão, firmados entre o Município de Recife, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, que depende do recebimento de repasse de recursos da SESAU para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, bem como da renovação do Contrato de gestão cujo 9º. Termo aditivo se encerrará em 04 de abril de 2024. Conforme nota explicativa nº 24 – Eventos subsequentes, em 02 de abril de 2024, foi firmado o 15º termo aditivo ao contrato prorrogando o prazo de vigência por mais 02 (dois) anos, se encerrando em 04 de abril de 2026.

1.2 Situação financeira, planos da Administração e continuidade operacional da SPCC

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, tendo em vista o êxito da execução do plano traçado desde 2022, evidenciando sua recuperação através da sua capacidade de liquidez em 2023, decorrente dos investimentos realizados, dos pleitos atendidos referentes ao pré e pós fixado, reequilíbrio financeiro dos contratos, do plano de recuperação extrajudicial, do empréstimo realizado, além de outras ações e melhorias nos processos que proporcionaram aumento de receita e redução de despesas.

A SPCC apresentou superavit de 33.789 em 2023 (déficit em R\$ 872 em 2022). Nessa data, a Sociedade apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) positivo, ou seja, o ativo circulante excedente ao passivo circulante, em R\$ 26.477 (negativo em 2022 no valor de R\$ 31.767), devido, principalmente, ao aumento do disponível e redução dos débitos com fornecedores.

A Administração da SPCC reforça o seu compromisso com a continuidade das ações que garantiram a sua continuidade operacional, revisitando sempre o cenário atual e as medidas já tomadas com o intuito de realizar novas projeções e elencar estratégias que garantam esse alcance. A SPCC é mantenedora das filiais relacionadas abaixo, cujos principais indicadores financeiros estão apresentados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023 (R\$ mil)						
Unidade	Contrato	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	CCL
Hospital de Câncer	-	141.963	121.703	20.260	15.475	24.402
Hospital da Mulher do Recife - HMR	028/2016	19.209	18.471	737	12.351	1.505
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	3.651	2.708	943	(541)	(1.999)
Hospital São Sebastião	002/2018	10.585	9.454	1.131	1.265	(1.360)
UPAE Caruaru	003/2018	5.355	3.051	2.304	82	178
UPAE Belo Jardim	004/2014	6.747	1.458	5.289	41	460
UPAE Arcoverde	005/2014	5.835	2.013	3.821	(390)	617
UPAE Arruda	100/2016	2.285	1.363	923	1.896	851
UPA Igarassu	002/2022	5.281	3.063	2.219	1.176	(109)
UPAE Palmares	020/2022	3.556	414	3.143	2.434	1.932
				Total	33.789	26.477

a. *Aumento da receita operacional líquida*

O aumento da receita operacional deve-se, principalmente, à aprovação dos pleitos referentes ao pré-fixado da média complexidade e no pós-fixado alta complexidade, ambos formalizados através do 10º Termo Aditivo, vigente a partir de maio de 2023. Além disso, houve também o recebimento de auxílio financeiro referente de exercício anteriores.

Com esses recursos recebidos, a Sociedade alcançou em 2023 um equilíbrio financeiro que melhorou sua capacidade de liquidez, ampliação da produção e a qualidade do serviço prestado, além de outros benefícios indiretos.

b. *Redução de custos de compras*

A Sociedade, embasado no permissivo da Lei nº 11.101/2005 e sua interpretação dada pelos Tribunais Pátrios e doutrina especializada, fez constar em seu Plano de Recuperação Extrajudicial (PREJ) cláusulas que permitem a adesão de seus credores que até a data do ajuizamento do processo nº 0049542-47.2023.8.17.2001 em curso perante o Juízo da 14ª Vara Cível Seção B da Comarca de Recife-PE (Ação) detenham créditos decorrentes do fornecimento de Material Médico e Hospitalar. 68 credores (60%) da Sociedade aderiram ao Plano, através do documento "Instrumento Particular de Adesão a Plano de Recuperação Extrajudicial, Transação, Confissão de Dívida, e Outras Avenças" do valor total negociado de R\$ 14.243 de dívidas com fornecedores.

Em seguida, a Sociedade passou a realizar os pagamentos à vista e a nova Gestão de Suprimentos executou um trabalho de negociação de preço de compra, onde conseguiu reduções significativas.

c. *Recurso de terceiros*

Em março de 2023, foi realizado novo empréstimo no valor de R\$ 30.000 visando redução de custo direto tangente a desmobilização de Pessoal e renegociação com fornecedores, visando melhores preços na negociação.

d. *Melhorias na Área Assistencial*

Algumas ações que também contribuíram para a redução de custos, proporcionaram aumento do faturamento, e melhoria no serviço prestado ao paciente, com a diminuição do tempo de espera por atendimento e resultados de exames.

Estratégia financeira para reequilíbrio financeiro, repactuação de dívidas e renovação do contrato

Para as filiais sob gestão, estão previstas ações para recuperação e equilíbrio do resultado operacional dos contratos de gestão. Abaixo destacamos as repactuações e aditivos realizados:

- **HMR**

Em 2023 a unidade recebeu IPCA tangente a atualização do contrato firmado com a Prefeitura do Recife. Esta atualização monetária ocorrerá anualmente.

15º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 28/2016

Prorrogação do contrato de gestão celebrado entre o Hospital da Mulher do Recife e a Prefeitura do Recife pelo período de 2 (dois) anos, contados a partir de 05 de abril de 2024 a 04 de abril de 2026, cujo valor total do contrato é de R\$ 180.705.

- **HSS**

6º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2018 – Prorrogação do contrato de gestão
Em 22 de abril de 2024, a unidade prorrogou o prazo de vigência do contrato de gestão N° 002/2018, correspondente ao período de 25 de abril de 2024 a 31 de dezembro 2024.

- **UPAE Caruaru**

11º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 003/2018- Emenda parlamentar destinada ao custeio

Em fevereiro de 2024, a unidade recebeu R\$ 1.000, provenientes da emenda parlamentar nº 81000311, destinados a aquisição de insumos e pagamento de serviços assistenciais visando reforçar o atendimento ambulatorial na unidade UPAE Caruaru.

Solicitação de reequilíbrio financeiro SOF 262/2024 no valor de R\$ 153, conforme Parecer CETAI N° 093/2024.

- **UPAE Belo Jardim**

17º Termo aditivo ao contrato de gestão

Prorrogação em caráter excepcional do prazo de vigência do contrato de gestão 004/2014, por mais 12 (doze) meses, correspondente ao período de 03 de março de 2024 a 02 março de 2025.

- **UPAE Arcoverde**

17º Termo aditivo ao contrato de gestão

Prorrogação em caráter excepcional do prazo de vigência do contrato de gestão 005/2014, por mais 12 (doze) meses, correspondente ao período de 03 de março de 2024 a 02 março de 2025.

Em março de 2024 a unidade recebeu 04 (quatro) parcelas referentes aos repasses dos meses de Julho, Agosto, Setembro e Dezembro de 2018, no valor mensal de R\$450, totalizando R\$1.800.

- **UPA Igarassu**

7º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022

Prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão 002/2022 por mais 2 (dois) anos, referente ao período de 01/02/2024 a 31/01/2016.

8º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022

Firmado em 12/03/2024, repassa mensalmente o valor de R\$ 13, para o custeio mensal da locação de ambulância, com vigência a partir da data de sua assinatura e termo final equivalente ao término da vigência do Contrato de Gestão nº 002/2022.

9º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022

O presente aditivo promove o reforço de escala pediátrica, para suporte de período sazonal das Infecções das Vias Aéreas Superiores (IVAS), na UPA Igarassu, acrescentando mensalmente o valor de R\$ 75, ao contrato de gestão, iniciando em 1 de abril de 2024 até 31 de julho de 2024.

10º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022

Acrescenta 3 (três) leitos de sala de emergência (vermelha) pediátrica, em virtude da sazonalidade das infecções das vias aéreas superiores (IVAS) e acréscimo no número de atendimentos em pediatria na Unidade de Pronto Atendimento 24h - UPA Igarassu, acrescentando mensalmente ao repasse R\$ 227, com início em 24 de maio de 2024 a 24 de julho de 2024.

Reequilíbrio financeiro recebido no valor mensal de R\$ 154 a partir de fevereiro de 2024 conforme SEI Nº 2300000700.000043/2023-71, que se encontra em análise pela Procuradoria Geral do Estado.

- **UPAE Palmares**

Recebimento de empréstimo devolvido, conforme SEI Nº 2300000885.000206/2023-02, despachos 2074 e 2579 do HSS.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais "carve-out" em 31 de dezembro de 2023 e das demonstrações do resultado "carve-out", do resultado abrangente "carve-out", das mutações do patrimônio líquido "carve-out" e dos fluxos de caixa "carve-out" para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 da filial Hospital da Mulher do Recife - HMR.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” do Hospital da Mulher do Recife - HMR são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações financeiras individuais da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC que foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital da Mulher do Recife - HMR gerida pela Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial do SPCC como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares e das filiais decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS’s).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Portanto, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso a Entidade manifeste interesse em não o renovar, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumi-lo.

A emissão das demonstrações financeiras “*carve-out*” foi autorizada pela Administração em 12 de setembro de 2024.

Detalhes sobre as políticas da Hospital da Mulher do Recife - HMR são apresentados na nota explicativa nº 6 - Principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “*carve-out*”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras “*carve-out*”, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

A Entidade não possui transação contábil relevante para a qual fosse necessária a aplicação de julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** – Contas a receber de clientes – Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD: estimativa das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência e perdas esperadas.
- **Nota explicativa nº 15** – Provisão para processos judiciais e administrativos - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Entidade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Entidade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Entidade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Entidade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 – Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras "carve-out", salvo disposição em contrário.

a. Apuração das receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime de competência.

As receitas decorrentes de contrato de gestão, doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção, para aplicação específica, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando aplicável, tarifas bancárias, despesas com juros sobre fornecedores pelo atraso de pagamentos e apropriação de encargos sobre impostos e contribuições parcelados ou em atraso.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, poupança, e aplicações financeiras de liquidez imediata.

d. Contas a receber - Contrato de gestão

As contas a receber são demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, ajustados por provisão para perda, se necessário. Uma provisão para perda esperada de créditos é constituída quando existe uma evidência objetiva de uma expectativa futura de perdas da Entidade em relação ao contas a receber.

Secretaria Municipal de Saúde - SESAU

Para realizar atendimento com exclusividade para pacientes da rede SUS, a Entidade receberá recursos financeiros mediante transferências oriundas da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU. A liberação dos recursos é composta de um valor fixo de 70% do orçamento mensal, e uma parte variável correspondente a 30% do orçamento mensal, este último correspondente à avaliação trimestral dos indicadores de desempenho qualitativo e quantitativo conforme sua valoração estabelecida nas informações técnicas.

e. Estoques

Os estoques de materiais estão avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição, os quais não superam os custos de reposição, isso significa que os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O valor realizável líquido é o valor de aquisição para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com a prestação do serviço.

- **Medicamentos:** Corresponde ao estoque de remédios utilizados na atividade principal da Entidade. O estoque é renovado mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura de acordo com a complexidade dos pacientes.
- **Materiais médicos e descartáveis:** Corresponde aos estoques de materiais de consumo hospitalar e materiais que colaboram com a higiene e saúde dos pacientes e são utilizados na atividade principal da Entidade. Estes estoques são renovados mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura, de acordo com a complexidade dos pacientes.
- **Nutrição:** São os estoques de alimentos (gêneros secos, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados do leite) para serem utilizados na alimentação servida aos pacientes que são atendidos na Entidade.
- **Almoxarifado administrativo:** Composto por material de consumo administrativo. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressuprimento mensal.
- **Almoxarifado de manutenção:** Composto por peças e material elétrico e hidráulico. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressuprimento mensal.

A Entidade avalia a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

f. Imobilizado

Bens do patrimônio público recebidos do estado de Pernambuco

De acordo com o Contrato de Gestão N° 028/2016, o imóvel, as instalações, os equipamentos e os utensílios utilizados para o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde a serem prestados na Entidade integram o patrimônio público. A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer tem permissão do uso e deverá manter em perfeitas condições todo esse patrimônio público destinado à execução do contrato de gestão nos termos do Artigo n° 23 da Lei Estadual 15.210/2013.

Os bens de natureza permanente adquiridos são tombados pelos Órgãos Contratantes, em razão pela qual são registrados como investimento, não havendo depreciação e baixados para o resultado quando tombados, tendo em vista que tais ativos são devolvidos ao contratante ao final da execução dos projetos.

g. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de: mensurados ao custo amortizado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores, partes relacionadas - mútuos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023 e 2022.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

O cálculo da provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de 1 ano, que reflete a experiência da perda de crédito histórica de seus clientes, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Entidade no ano de 2023. As provisões são reconhecidas quando não há expectativa que os valores não serão mais recuperáveis.

Ativos não financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

i. Patrimônio líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. O valor do superávit ou déficit são incorporados ao Patrimônio social.

j. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda é realizada anualmente e inclui a avaliação das evidências disponíveis, prazo de prescrição, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

COFINS

A Entidade é isenta do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal para os exercícios findos em dezembro de 2023 e 2022:

- Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo).
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL).

ISS sobre a receita (ISSQN)

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos da Constituição Federal, nos termos do artigo 150, VI, "c", aos quais as entidades sem fins lucrativos são imunes do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Isenção de contribuição para a seguridade social

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nºs 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente. Assim, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC, passou a ser o Ministério da Saúde, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Classificação do Passivo em Circulante e Não Circulante (alterações CPC 26/ IAS 1);
- Imposto diferido relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/ IAS 12);

Não se espera que as seguintes normas novas ainda não efetivas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- Contratos de seguros (CPC 50);
- Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1; e
- Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	1	1
Aplicações financeiras - Liquidez imediata – contratos de gestão	<u>7.832</u>	<u>1.275</u>
	<u>7.833</u>	<u>1.276</u>

Os recursos com restrição mantidos em caixa, contas-correntes e aplicações financeiras referem-se a valores recebidos do contrato de gestão firmado com órgãos governamentais, cuja utilização é restrita a operacionalizar projetos, aquisições e atividades predeterminadas e que poderão estar sujeitos à prestação de contas.

Os recursos estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário – CDB com mercado de liquidez, remunerados a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023 e 2022.

8 Contas a receber – Contrato de Gestão

	2023	2022
Secretaria Municipal de Saúde - SESAU/PE (a)	<u>29.165</u>	<u>25.175</u>
	<u>29.165</u>	<u>25.175</u>
Provisão para perdas estimadas (b)	<u>(20.388)</u>	<u>(20.388)</u>
	<u>8.777</u>	<u>4.787</u>
Circulante	5.181	-
Não circulante (c)	<u>3.596</u>	<u>4.787</u>

- (a) O saldo a receber da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU em 31 de dezembro de 2023 corresponde ao valor repassado pela Prefeitura referente ao 9º termo aditivo, acrescido através do 1º termo de apostilamento.
- (b) A Administração reconheceu perdas estimadas de parcelas das competências de 03/2020, 06/2020 e 07/2020, 08/2021 e 09/2021 em função da assinatura do termo de ressarcimento e ajuste de contas, por onde foi realizado o pagamento do déficit pela Secretaria de Saúde do Recife e realizado o encontro de contas do ano de 2020 e semestral de 2021.
- (c) Reconhecimento do reequilíbrio financeiro devido aos déficits acumulados nos exercícios, não inclusos no orçamento anual e serão ressarcidos pela a Secretaria Municipal de Saúde – SESAU.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa da Entidade está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo anterior	20.388	20.286
Adições	<u>-</u>	<u>102</u>
Saldos finais	<u>20.388</u>	<u>20.388</u>

9 Estoques

	2023	2022
Medicamentos	376	405
Materiais médicos e descartáveis	343	473
Almoxarifados Gerais	527	511
Outros insumos assistenciais / Nutrição	40	57
	1.286	1.446

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques, estoques de baixo giro, ou itens com data de validade vencida.

10 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas quando há necessidade de caixa em outras filiais da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. Em 2023 a entidade não apresenta saldo a pagar ou a receber referente a partes relacionadas.

a. Remuneração da Administração

A Entidade tem um Conselho de Deliberação, composto por membros natos (integrantes da Diretoria, Secretário e Superintendente Geral) e membros eleitos, os quais não fazem jus a qualquer remuneração, conforme disposto no artigo 34 do Estatuto Social e também como determina a Lei nº 15.210/13.

11 Imobilizado

	2023	2022
Equipamentos hospitalares	-	976
Móveis e utensílios	-	455
	-	1.431

Os bens de natureza permanente, adquiridos com recursos do contrato de gestão, são patrimonialmente reconhecidos mensalmente pelos Órgãos Contratantes, que por sua vez não integram ao patrimônio da unidade gestora. Se tornando assim, um custo para a unidade, ao qual mensalmente é prestado contas. No ano de 2023 foi realizado as baixas dos bens que estão em uso, tendo em vista que o bem é de propriedade da contratante.

12 Fornecedores

Referem-se a obrigações correntes com fornecedores, principalmente de materiais e de serviços hospitalares.

	2023	2022
Fornecedores de serviços e de materiais/ consumos diversos	409	2.730
Fornecedores de insumos assistenciais	709	1.099
Outros	332	318
	1.450	4.147

1.450

Durante o exercício de 2023 houve uma redução nas obrigações com fornecedores no montante de R\$ 2.697 comparado ao exercício de 2022, ocasionado por alguns fatores como: a liquidação do parcelamento com a CELPE, e a quitação de fornecedores vencidos que ocorreram após as repactuações das parcelas do contrato.

13 Obrigações tributárias

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	1.992	1.483
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	51	50
ISS retido a recolher	21	20
Taxa assistencial	8	11
Total	<u>2.072</u>	<u>1.564</u>

14 Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Provisão para férias e encargos sobre férias	6.068	5.929
Provisão de rescisão (a)	3.776	4.119
Salários a pagar (b)	3.209	3.199
Encargos trabalhistas sobre folha	1.129	938
Outras obrigações	168	-
	<u>14.350</u>	<u>14.185</u>
Circulante	10.574	10.066
Não circulante	3.776	4.119
	<u>14.350</u>	<u>14.185</u>

- (a) A provisão para rescisões a pagar foi calculada com base em percentuais indicados pela Secretaria Municipal de Recife - SESAU. A provisão apresenta uma estimativa de quanto a Entidade teria que desembolsar com todo o quadro de pessoal em caso de não renovação do Contrato de Gestão assinado com a SESAU.
- (b) O saldo corresponde aos valores relativos à folha de pagamento referente à competência do mês de dezembro de 2023.

15 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 2023, as provisões para contingências prováveis relacionadas a processos trabalhistas estavam reconhecidas no montante de R\$ 599 (2022: R\$ 68).

	2022	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2023
Processos trabalhistas	<u>68</u>	<u>829</u>	<u>(274)</u>	<u>-</u>	<u>(24)</u>	<u>599</u>

	2021	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2022
Processos trabalhistas	<u>128</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>68</u>

- **Trabalhistas** – Os processos trabalhistas, classificados como perda possível, relacionam-se entre outras questões a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora extra, enfermidades e acidentes de trabalho. Os processos encontram-se em diversas instâncias aguardando julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Entidade e no sucesso de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado para cobrir perdas prováveis com essas questões.

Contingências possíveis

A Entidade é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos não são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

Em 2023, os processos com risco de perda possível são trabalhistas no valor de R\$ 1.880 (R\$ 2.044 em 2022), cível no valor de R\$ 7.922 (R\$ 1.037 em 2022) e Administrativo de R\$ 35 (R\$ 0 em 2022). A principal causa em andamento está relacionada a seguir:

- Ação de indenização por danos morais decorrente de suposto erro médico. O processo nº 0007541-52.2020.8.17.2001, possui o valor da causa estimado em R\$ 5.000.

16 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais. A informação consolidada do déficit e patrimônio social a entidade apresentou patrimônio líquido a descoberto em 2022 no montante de R\$ 10.018. Em 2023 o HMR apresentou um superávit acumulado de 737.

A Entidade não distribui parcelas do patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

Ajuste de exercícios anteriores

No ano de 2023 houve atualizações dos saldos do imobilizado R\$1.431 e reversões de reequilíbrio financeiro no valor de R\$164, registrados em 2020 e 2021, tendo em vista o recebimento de reequilíbrios cujo parecer determinou valor da quitação, sem possibilidade de novos pleitos por parte da contratada.

17 Receitas operacionais líquidas

Durante os exercícios de 2023 e 2022, a receita operacional está composta conforme descrito a seguir:

	2023	2022
Secretaria Municipal de Saúde – SESAU	<u>104.428</u>	<u>83.506</u>

104.428 83.506

18 Custos operacionais

Representam os custos dos serviços médicos e hospitalares apresentados a seguir:

	2023	2022
Pessoal (a)	(54.590)	(64.628)
Medicamentos, materiais hospitalares e descartáveis	(5.652)	(4.918)
Serviços médicos prestados	(2.109)	(1.444)
Material de limpeza, manutenção e conservação	(499)	(1.069)
Serviços laboratoriais	(2.278)	(2.145)
Insumos e serviços assistenciais (b)	<u>(7.957)</u>	<u>(2.963)</u>
	<u>(73.085)</u>	<u>(77.167)</u>

- (a) A redução de custo com pessoal é decorrente alocação por centro de custos os gastos com pessoal, que a unidade passou a adotar no ano de 2023. Passando a registrar em grupos de despesas, os colaboradores lotados na área administrativa, e, no grupo de custo, os colaboradores lotados na área assistencial.
- (b) Em 2023 houve um aumento na aquisição dos insumos, quando comparados ao exercício de 2022, em decorrência dos mutirões de consultas e cirurgias realizados no HMR.

19 Despesas operacionais

	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	(18.404)	(7.467)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (nota 8 (c))	-	(102)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(558)</u>	<u>281</u>
TOTAL	<u>(18.962)</u>	<u>(7.288)</u>
Despesas operacionais por natureza		
Despesas com pessoal (a)	(13.541)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(138)	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(102)
Serviços terceirizados	(2.698)	(1.513)
Manutenção e conservação	(940)	(1.955)
Água, esgoto e energia elétrica	-	(2.843)
Serviços de vigilância e locação	-	(1.156)
Materiais de uso e consumo	(1.087)	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(558)</u>	<u>281</u>
Saldo Final	<u>(18.962)</u>	<u>(7.288)</u>

- (a) O aumento das despesas operacionais é decorrente da segregação de custos e despesas dos gastos com pessoal, uma vez que a unidade implantou a alocação por centro de custos no ano de 2023. Passando a registrar em grupos de despesas, os colaboradores lotados na área administrativa, e, no grupo de custo, os colaboradores lotados na área assistencial.

20 Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Rendimentos sobre aplicações financeiras	196	51
Descontos	<u>3</u>	<u>2</u>
Total receitas financeiras	<u>199</u>	<u>53</u>
Tarifas bancárias	(19)	(286)
Juros e Multas	(190)	(22)
Outros	<u>(21)</u>	<u>(14)</u>
Total despesas financeiras	<u>(230)</u>	<u>(322)</u>
Total resultado financeiro, líquido	<u>(31)</u>	<u>(269)</u>

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios.

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de liquidez imediata que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.
- **Contas a receber – Contrato de gestão** - A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7.833	1.276
Contas a receber – Contratos de gestão	8.777	4.787
Outros créditos	<u>1.301</u>	<u>1.004</u>
Total	<u>17.911</u>	<u>7.067</u>

Risco de liquidez

É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

31/12/2023	Fluxo de caixa contratual					
Passivos financeiros	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Fornecedores	1.450	1.450	1.450	-	-	-

31/12/2022	Fluxo de caixa contratual					
Passivos financeiros	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Fornecedores	4.147	4.147	4.147	-	-	-

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações, conforme quadro demonstrativo:

	Valor contábil		Valor justo	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7.833	1.276	7.833	1.276
Contas a receber – Contrato de gestão	8.777	4.787	8.777	4.787
Outros créditos	1.301	1.004	1.301	1.004
Fornecedores	1.450	4.147	1.450	4.147

22 Certificado de entidade beneficente de assistência social

Conforme Processo nº 25000.077710/2023-53, por meio da declaração de tempestividade emitida pelo Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS) acerca da validade do CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social) da SPCC para fins de comprovação, a entidade protocolou em 17 de dezembro de 2021, tempestivamente, o seu requerimento de renovação do CEBAS.

A renovação do CEBAS foi publicada no diário oficial da união em 28/02/2024, com prazo de validade até 31 de dezembro de 2024. Ficando assim, a Entidade alcançada pelo disposto no § 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que “§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

23 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2023 e 2022.

24 Eventos subsequentes

15º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 28/2016

Prorrogação do contrato de gestão celebrado entre o Hospital da Mulher do Recife e a Prefeitura do Recife pelo período de 2 (dois) anos, contados a partir de 05 de abril de 2024 a 04 de abril de 2026, cujo valor total do contrato é de R\$ 180.705.

* * *

Filipe Costa Leandro Bitu

Superintendente Geral das Unidades Sob Gestão

Karla Souto Maior Gonçalves

Contadora

CRC PE 026435/O